

INDÍGENAS, JESUÍTAS E A FARMACOPÉIA
VERDE DAS TERRAS BRASILEIRAS:
OS SEGREDOS DA TRIAGA BRASILICA
*Indigenous People, Jesuits & the Green
Pharmacopoeia in Brazilian Lands:
The Secrets of Triaga Brasilica*

FERNANDO SANTIAGO DOS SANTOS

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de São Paulo, campus São Roque, Brasil)

Resumo

Neste artigo discute-se a importância histórica de uma receita jesuítica, considerada uma das melhores de sua época, utilizada amplamente no século XVIII. O conhecimento empírico dos indígenas brasileiros sobre as plantas medicinais é contrastado com o dos padres da Companhia de Jesus. Analisam-se aspectos referentes aos simples constantes da *Triaga Brasilica*, que, grandiosa em utilidades e fama, permanece ainda misteriosa aos olhos diacrônicos da modernidade.

Palavras-chave: Triaga Brasilica | saber indígena | jesuítas | plantas brasileiras | botica do Colégio de Jesus da Bahia

Abstract

We discuss the historical importance of a Jesuitical recipe broadly used throughout the 18th century, which was considered one of the best of its time. The empirical knowledge of the Brazilian indigenous people about medicinal plants is compared to that of the Jesuits'. Aspects referring to the simplexes of *Triaga Brasilica* are analyzed. The recipe, famous and useful, is still mysterious to the diachronic eyes of modern times.

Keywords: *Triaga Brasilica* | Indigenous Knowledge | Jesuits | Brazilian Plants | Pharmacy of Colégio de Jesus in Bahia

1. Introdução

As plantas parecem exercer uma gama incontável de efeitos sobre os seres humanos. Desde tempos inenarráveis, perdidos talvez na poeira da história, a relação do homem com a flora tem sido constante. As plantas têm participado da vida social como elementos decorativos, como peças de mobiliário, como alimentos e como remédios (SANTOS, 2006). Esta última qualidade, entretanto, é que chamou nossa atenção: remédios que curam enfermidades, de longa tradição histórica e lendárias propriedades, quicá mágicas.

Em meio a dezenas e dezenas de receitas de uma coleção do Colégio de Jesus da Bahia do século XVIII¹ (LEITE, 1950), então sob responsabilidade dos Jesuítas, uma delas, cujo manuscrito traz a data de 1766, toma o foco da pesquisa². Considerada uma verdadeira panacéia, a *Triaga Brasilica* – receita magna e secreta da botica jesuítica baiana – instiga os olhares de botânicos, antropólogos, historiadores e quaisquer interessados em pesquisar seus ingredientes, suas formas quase alquímicas de preparo e seus supostos efeitos terapêuticos.

Que informações poderiam ser encontradas nas entrelinhas do texto? Que relações foram estabelecidas entre os silvícolas brasileiros e os jesuítas? Será possível identificar as plantas da receita aos olhos da botânica atual? Estas e muitas outras perguntas surgiram à medida que a receita ia sendo estudada, e que seus possíveis segredos foram sendo investigados. A pesquisa logo se mostrou fascinante e amedrontadora. Fascinante pelas histórias que vão além das palavras impressas; amedrontadora, pela riqueza de informações, talvez nunca exploráveis em sua complexidade.

Este trabalho apóia-se em três vertentes: o saber dos indígenas brasileiros e sua relação com a “Farmácia Verde” deste país, as boticas jesuíticas e a *Triaga Brasilica*. A tessitura da pesquisa discute os simples da receita magna, partindo-se da hipótese de que os jesuítas utilizaram o saber silvícola para formular seus remédios, entre os séculos XVI e XVIII, baseados nas plantas medicinais do Brasil e no próprio conhecimento de outras triagas e fórmulas européias em voga na Europa de então.

¹ A questão da data da receita será discutida oportunamente.

² Este artigo é resultante da dissertação de mestrado defendida em 2003 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof. Dr. Ana Maria Alfonso-Goldfarb.

2. O aparato de pesquisa

As fontes consultadas para esta pesquisa abarcaram manuscritos, cartas de jesuítas e outros documentos que deram suporte aos objetivos do trabalho. Foram consultados documentos históricos que tratam das descrições do Brasil e das plantas brasileiras, desde as primeiras abordagens escritas da flora brasileira, como as de Cardim (1997) e Sousa (2001), incluindo obras mundialmente conhecidas que tratam das floras de outras regiões, como as de Da Orta (1963) e Clusius (1576), no século XVI. Naturalistas dos séculos XVII, como Piso (1948) e Marcgrave (1942), foram considerados pela importância histórica das descrições das plantas brasileiras, especialmente as medicinais. Também foram incluídas outras descrições da flora brasileira, como as de Veloso (1976), no século XVIII, e as de von Martius (1937), Gomes (1801) e Caminhoá (1884), no século XIX. As poucas informações sobre algumas plantas da *Triaga Brasilica* foram retiradas de materiais citados por Leite (1953).

A identificação das plantas da receita foi comparada a informações contidas em livros e outros materiais bibliográficos de taxonomia botânica atuais, tais como Corrêa (1974), Cronquist (1981), Ferri (1969), Joly (1987), Schwartsman (1979), Barroso (1978), Leitão Filho (1984), Camargos (2001) e Willis (1973). Esta seleção foi fomentada basicamente pela ampla aceitação dos mesmos entre os estudiosos da taxonomia, e pelo cuidado na avaliação e discussão das identificações realizadas por tais autores. Não se pretende, portanto, fazer uma abordagem anacrônica das plantas, a partir de materiais taxonômicos atuais.

3. Os indígenas do Brasil e sua farmácia verde

A introdução, a partir do século XVI, das medicinas, drogas e alimentos vegetais do continente americano na Europa constitui, para muitos autores, um processo de importância histórica extremamente relevante. Este processo não se dá somente para a evolução da medicina – e, por conseguinte, também da farmácia e da botânica. Entram em jogo, igualmente, questões econômicas, sociais e culturais.

As primeiras notícias e descrições sobre as plantas americanas apareceram na Europa por meio de obras espanholas, que muitas vezes resumiam-se a apenas breves menções das plantas encontradas no Novo México e regiões vizinhas; incluíam, vez ou outra, descrições mais detalhadas, tanto em nível morfológico quanto medicinal (PIÑERO *et al.*, 1992). Imaginar, entretanto, que os povos nativos da América pré-colombiana tinham um sistema primitivo de medicina

pode ser um erro conceitual muito grande. Apesar de alguns historiadores, talvez menos cautelosos em suas análises históricas, afirmarem que estes povos utilizavam rudimentos de medicina, análises mais recentes têm tentado mostrar exatamente o contrário. Devemos redobrar a atenção ao julgar culturas e povos, principalmente quando se têm os olhos centrados em uma visão ocidental, basicamente europeizante. Saint-Hillaire (1852, p. 228), por exemplo, escreve que “[...] algumas plantas medicinais foram indicadas aos portugueses pelos índios, que sem dúvida as conheciam havia muito tempo [...]”.

O fato é que os silvícolas americanos tratavam suas doenças fazendo uso, além da magia ritual, das plantas medicinais, muito antes da chegada dos colonizadores europeus com suas malas cheias de remédios e receitas à base de plantas medicinais empregadas na Europa da época. Neste aspecto, os índios brasileiros tinham, à sua disposição, um vasto “arsenal” de ervas, raízes, cipós, cascas, sementes e outras substâncias vegetais encontradas na abundante e rica floresta. De fato, a mata pode ser considerada, sem exageros ou anacronismos, a “farmácia da nação indígena” (GOMES, 1974, p. 159).

A “farmácia verde” (denominada, no início do século XX, de Farmacopéia Verde¹) compreende o arsenal de plantas medicinais supramencionado. Em um país megadiverso como o nosso, em que se estima haver cerca de 14% de toda a flora fanerogâmica mundial², é de se esperar que as plantas sejam utilizadas para fins medicinais, embora não se saiba, ainda, qual é a totalidade desses vegetais (MING, 1996), e tampouco qual porcentagem deles foi (e é) efetivamente empregada pela medicina dos indígenas brasileiros, em suas centenas de etnias distintas. Para Gotlieb (1981), quase que a totalidade das plantas medicinais brasileiras ainda é desconhecida da ciência. Estimativas recentes afirmam que aproximadamente 99% das plantas medicinais do Brasil ainda não têm seus princípios ativos catalogados.

A abundância das espécies, aliada à continentalidade do país, gera, por outro lado, problemas de identificação, além de dificultar a coleta e catalogação das espécies. Contribuem para a confusão taxonômica, também, a diversidade das línguas indígenas e a desigualdade dos nomes atribuídos aos organismos vegetais. Como exemplo, podemos citar a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz, família Euphorbiaceae), que recebe nomes como tapera, macaxeira, manioca, maniba, raiz de índio etc.

¹ Instituída oficialmente em 1922. Nela constam aproximadamente 180 espécies de plantas medicinais brasileiras com as suas descrições macro e microscópicas.

² Em todos os biomas brasileiros, estima-se que há de 30 a 40 mil espécies de gimnospermas e angiospermas (AB’SABER, 1987).

O principal estímulo para os estudos botânicos nas Novas Terras muito provavelmente foi o veio medicinal. A vinda dos colonizadores europeus para o continente americano intensificou a busca por plantas medicinalmente úteis. Nos chamados jardins medicinais, cultivavam-se as novas espécies. A utilidade prática do mundo das plantas forneceu aos botânicos, por muito tempo, o seu princípio organizador mais importante (THOMAS, 1988).

Embora os indígenas brasileiros nunca tenham escrito uma linha sequer acerca de suas plantas, seu saber foi perpetuado por meio das tradições orais. Gomes (1974, p. 177), afirma que “[...] em matéria de conhecimento da flora nativa, não havia gente melhor que os tupi-guarani, que se utilizavam das virtudes medicinais das plantas que a terra lhes oferecia”. Por outro lado, há quem até deprecie a farmácia íncola, como Ferreira (1792, p. 711-713): “[...] d’elles se conta o mesmo que de outras muitas nações d’America [...] chegando ou a envelhecer, ou a padecer d’aquellas enfermidades, que sua grosseira medicina não sabe remediar”. Quaisquer que sejam as visões, porém, sabe-se que diversas plantas brasileiras utilizadas pelos silvícolas do Novo Mundo (como, por exemplo, a ipecacuanha, ipeca ou poaia, *Cephaelis ipecacuanha* Brote, família Rubiaceae, famosa já no século XVI por suas ações emética e antidisentérica¹) foram exportadas para a Europa em enormes quantidades.

Há, também, o outro lado da moeda. Muitas espécies botânicas brasileiras não eram aproveitadas pelo índio para fins curativos. Alguns autores afirmam que o colono português é que as descobriu e veio a utilizar tais plantas como medicamento (AMOROZO, 1996).

Muitas das plantas medicinais da “farmácia verde” foram definitivamente incorporadas às práticas modernas de tratamento de doenças. Dessas plantas, selecionadas pela experiência secular do índio, autores quinhentistas e seiscentistas como Thevet (1597 [1557]), Léry (1580 [1578]), Gândavo (1599 [1576]), Abbeville (1612 [1612]), Évreux (1874 [1613-1614]), entre outros, escreveram textos que serviram a médicos e naturalistas europeus. No século XIX, von Martius (1837) afirma que, das 470 espécies medicinais por ele relacionadas à flora brasileira, mais de uma centena eram empregadas pelos índios.

E como entram os jesuítas e suas boticas neste contexto? A estes religiosos coube – dentro de uma cultura bastante distinta daquela dos povos indígenas brasileiros – dar sentido aos conhecimentos que dela provinham.

¹ A ipeca tornou-se rara nas matas brasileiras no século XVII, após um século de exploração não planejada.

4. As boticas jesuíticas¹ e o Collegio de Jesus da Bahia

A Companhia de Jesus, idealizada e fundada por Inácio de Loyola, foi oficialmente reconhecida como instituição religiosa por meio da Bula Papal *Regimini militantis Ecclesiae*, assinada pelo Papa Paulo III em setembro de 1540 (BRESCIANI, 1999; ALDEN, 1996). Em 1549 chegaram ao Brasil os primeiros jesuítas, juntamente ao “corpo sanitário” da expedição do primeiro Governador Geral do Brasil (Tomé de Sousa): um único boticário, Diogo de Castro, com função oficial e sem salário. Não havia médico algum nessa expedição, segundo Bresciani (1999).

A medicina européia trazida para a colônia parecia não obter sucesso frente às doenças endêmicas do Brasil, segundo Leite (1936). Esta medicina praticada nas Colônias, na primeira metade do século XVI, muito provavelmente era realizada por indígenas, jesuítas, “físicos” (isto é, médicos na acepção moderna do termo) e cirurgiões portugueses. Embora seus modos de agir fossem, possivelmente, muito distintos entre si, havia pontos em comum: a flebotomia (sangria), por exemplo, era comum até mesmo entre os indígenas (FERRAZ, 1995).

É provável que boa parte (senão a totalidade) de remédios e plantas vindos da Europa chegava em terras brasileiras de forma deteriorada, devido, entre outras coisas, ao tempo de viagem e às condições climáticas divergentes entre os dois continentes. A distância da Metrópole, também, obrigava à busca de substitutos para as drogas que dificilmente chegavam (ou chegavam em péssimas condições) às terras brasílicas. Imagina-se, então, que a cura de novas doenças exigia, também, a busca por novos medicamentos (FERREIRA, 1990).

Muitas vezes sem formação na área médica, os padres jesuítas tomavam contato com as doenças e a arte de curar no trato rotineiro com os enfermos que buscavam sua ajuda. A este respeito, Rodrigues (1934, p. 5-6) afirma que:

[...] não há lista sistemática de manifestações patológicas ou de doenças no século XVI; e, evidentemente, as curas [operavam-se] segundo requeria a sua doença. Merecem atenção particular, entre as práticas médicas dos jesuítas, a cirurgia de urgência, a flebotomia, a assistência nas epidemias, as doenças venéreas, o cancro [...] a descoberta e manipulação de medicamentos nas suas oficinas ou laboratórios privativos.

¹ Muitas vezes referidas como dispensatórios farmacêuticos, farmácias ou simplesmente maletas ou caixas de medicamentos, as boticas eram portadoras ou locais de preparação de remédios (triagas, pós, unguentos, emplastros, torciscos, xaropes, tinturas etc.). As boticas jesuíticas eram dependências especiais dos colégios, geralmente anexas às enfermarias (DIAS, 1991).

A ação médica dos jesuítas no Brasil, iniciada no século XVI, associou-se, aos poucos, ao conhecimento indígena sobre as plantas medicinais. Segundo Girre (1997), os indígenas brasileiros utilizavam, no século XVII, mais de três mil plantas, enquanto a farmácia “dos brancos” possuía pouco mais de 40 remédios diferentes¹. Em relação a isto, o que, de fato, poderiam os jesuítas fazer com o conhecimento adquirido acerca das plantas medicinais autóctones de solo brasileiro? Uma das saídas, muito provavelmente, fosse a de escrever compêndios e dicionários; outra, plausível também, incluiria a salvaguarda de todo esse conhecimento como um tesouro secreto, disponível apenas aos membros da própria Companhia de Jesus. Considerando-se a segunda opção, podemos levar em conta que os segredos medicinais tiveram muita aceitação na Europa e também nas colônias, sendo preparados e vendidos por portugueses e estrangeiros, pertencentes a todo tipo de profissões (notadamente médicos e cirurgiões). Seus autores e fabricantes escondiam do público a composição e, muito frequentemente, preparavam-nos em grandes quantidades para serem vendidos a largas distâncias. Estes medicamentos distinguiam-se dos tradicionais, caracterizados pela preparação em pequena escala pelo boticário, de acordo com a receita médica prescrita para um determinado doente, morador a curta distância da botica. O arsenal terapêutico galênico, onde predominavam as substâncias vegetais, facilmente degradáveis, acomodava-se bem a esta forma de produção.

As boticas jesuíticas, embora tenham se tornado célebres, eram ainda poucas no século XVIII (LEITE, 1953). No Brasil, essas boticas faziam parte de uma rede de boticas sob domínio português. Em Lisboa, as duas boticas jesuíticas mais importantes eram as do Colégio de Santo Antão e de São Roque, que, segundo Dias (1991, p. 338-339), “[...] eram apenas uma pequena parte de uma rede de boticas distribuídas pelo país e pelos domínios ultramarinos, em Évora, Coimbra, Bragança, Baía, Maranhão, Olinda, Recife, Pará, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Goa, Macau e outros locais”.

O Colégio de Jesus na Bahia² recebeu atenção especial, por se tratar do local onde foram achados os manuscritos da *Triaga Brasilica*, e por ser considerado por diversos historiadores como um dos maiores centros jesuíticos no Brasil Colônia. Para Leite (1936), a farmacopéia das boticas jesuíticas enriqueceu-se sobremaneira, sobressaindo-se, com renome quase lendário, a referida triaga em meados do século XVIII. Esta era uma receita que tinha grande consumo por

¹ Deve-se tomar cuidado, entretanto, com tais estimativas, uma vez que é difícil precisar quantitativamente o número de remédios utilizados pelos índios e pelos portugueses no Brasil do século XVII, devido, entre outras coisas, à falta de material de apoio necessário.

² A grafia antiga é Collegio de Jesus.

ser pronto o seu efeito. Os receituários das boticas jesuíticas, como a *Triaga Brasilica*, parecem ter sido um dos poucos pontos de encontro entre a medicina autóctone e a medicina europeia. Se forem excluídos os produtos para a alimentação e alguns medicamentos, pouco do saber indígena parece ter sido efetivamente incorporado pelo europeu na grande colônia portuguesa do Novo Mundo (FERRAZ, 1997).

As “Collecções de Receitas do Colégio de Jesus na Bahia” (LEITE, 1950), que incluíam a *Triaga Brasilica*, parecem coroar, de certa forma, as atividades dos jesuítas desenvolvidas nesse local. Suas receitas, indicadas para um sem-número de enfermidades, parecem querer contar-nos quão importante o Terreiro de Jesus (Colégio de Jesus da Bahia) foi para a medicina do Brasil Colônia. Quando o Colégio da Bahia foi saqueado e seqüestrado em julho de 1760 (por ordem do Marquês de Pombal), o desembargador incumbido da ação judicial comunicava a seus superiores que havia feito as diligências necessárias para se apossar da botica do Colégio e de algumas receitas particulares, entre as quais se achava a *Triaga Brasilica*. Nessa época, essa triaga já havia se tornado praticamente lendária. Mas a receita, porém, não apareceu na Botica, nem em lugar alguma na Bahia: foi encontrada mais tarde na Collecção de Receitas no Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

5. As triagas e os simples

O termo triaga, que pode ser igualmente grafado como tríaga, teriaga, teriága, triaca e tríaca¹, tem origem em duas palavras: a grega *theriake* e a latina *theriaca*. As triagas referem-se a receitas à base de plantas, animais e outras substâncias, como minerais, sais, óleos etc., utilizadas pela humanidade há milênios. Algumas eram constituídas por um único ingrediente, ao passo que outras podiam englobar mais de seis dezenas de substâncias (LOW, 1994).

A história das triagas perde-se no tempo; por esta razão, torna-se difícil precisar as fontes de determinadas triagas, ou até mesmo a época histórica a que pertencem. Para Alfonso-Goldfarb (1999), há várias lendas e históricas acerca de sua origem, cuja veracidade dos fatos talvez seja discutível. É consenso entre muitos historiadores, porém, que as triagas surgiram como antídotos contra a mordedura de serpentes e contra venenos em geral. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado como sinônimos de remédios universais e panacéias (DIAS, 1991).

¹ Além destes vocábulos, Guareschi (1987) admite, também, os termos eletuário teriacal e eletuário aromático com ópio.

Embora as triagas tenham sido originadas como antídotos contra peçonhas de ofídios e outras substâncias venenosas, as receitas foram sendo reformuladas, seus ingredientes foram sendo substituídos e outros ingredientes foram sendo acrescentados às receitas. O processo de seleção, substituição ou acréscimo de ingredientes, entretanto, não deve ter ocorrido de forma pontual e possivelmente seguir critérios bastante complexos, e não somente o acaso ou a tentativa e o erro. Desta forma, muitas modificações foram sendo feitas às fórmulas primitivas; por exemplo, a famosa “triaga galênica universal” incluía cerca de 60 substâncias, tornando-se famosa durante a Idade Média na Europa (ALFONSO-GOLDFARB, 1999).

Algumas triagas tornaram-se populares e obtiveram aceitação e prestígio. Guareschi (1987) cita a Triaga de Veneza, que fora utilizada até fins do século XVIII, como uma das mais famosas da Europa. A própria *Triaga Brasilica*, segundo Leite (1950), era um antídoto ou panaceia composta à imitação da Triaga de Roma e da Triaga de Veneza.

E no Brasil, como se situam historicamente as triagas? Os poucos boticários e médicos que havia na colônia portuguesa sul-americana até finais do século XVIII tinham formação na Metrópole, e, de lá, traziam o corpo de conhecimento adquirido da educação universitária européia. Entretanto, como discutido mais adiante, a *Triaga Brasilica* e outras triagas, como a “Triaga Optima da Botica do Collegio Romano”, a “Triaga da India, chamada do Sul” e a “Triaga contra Lombrigas” (LEITE, 1953), já incorporam substâncias de animais, plantas e minerais de regiões não-europeias.

Ao comentarmos sobre o número variável de ingredientes das triagas, estávamos genericamente nos referindo aos seus simples. Um simples pode ser definido como sendo qualquer medicamento à base de ervas, cereais, legumes, frutas, partes de animais e minerais¹.

Admite-se que a literatura dos simples foi primordialmente influenciada por Dioscórides (século I d.C.) e Galeno (século II d.C.), e continuou em voga por toda a Europa e mundo árabe durante a Idade Média, até início do século XX, em alguns locais.

Classicamente, os simples podem ser divididos em três categorias: simples vegetais (como a ipecacuanha, por exemplo), simples animais (como as pedras de bezoar, pós de cornos e chifres triturados etc.) e simples minerais (ímãs,

¹ Os simples (ou símplices, do latim *simplicia*) são substâncias que possuíam uma das quatro qualidades (simples quentes, frios, úmidos etc., de acordo com a teoria Galênica) ou como drogas sujeitas a operações de divisão ou purificação. Os compostos (ou compósitos, do latim *composita*), por outro lado, podem ser entendidos neste contexto como substâncias sujeitas a operações como a extração ou, então, como sendo a mistura de componentes (DIAS, 1991; BELTRAN, 2000).

cristais, pedras variadas, entre outros). Na formulação das triagas, os simples de origem vegetal geralmente superam numericamente os de origem animal e mineral. Na *Triaga Brasilica* isto não foi exceção, como veremos mais adiante. Para Janeira (1991), a substituição de simples não deve ter sido um processo de ocorrência pontual ou instantânea. Muitos simples empregados em receitas antigas foram cedendo lugar a outros, de uso semelhante ou com eficácia superior (ALFONSO-GOLDFARB, 1999). Além disso, a presença de produtos oriundos das Novas Terras em obras de autores europeus dos séculos XVI a XVIII traz à tona fatos relevantes. Em primeiro lugar, algumas substâncias americanas pareciam estar totalmente inseridas nas farmacopéias européias (como a salsaparrilha, a ipecacuanha e até mesmo alguns alimentos de origem andina, como o tomate e a batata). Em segundo lugar, a atribuição de valores terapêuticos dados principalmente às plantas medicinais americanas pelos colonizadores pode ter seguido duas rotas: o conhecimento das propriedades medicinais das plantas americanas deveu-se ao contato direto com os povos indígenas, porém muitas vezes os colonizadores tratavam de justificar a utilização dos simples encontrados no continente americano dentro das doutrinas galênicas vigentes na época (PIÑERO *et al.*, 1992).

Agora que já temos um apanhado geral sobre os simples, é hora de comentar a receita magna das terras brasílicas do século XVIII: a *Triaga Brasilica*.

6. A *Triaga Brasilica*

A Figura 1 mostra a imagem fac-similar do frontispício da edição (datada de 1766) da “Collecção de Receitas” dos jesuítas, em que se encontra a receita magna.

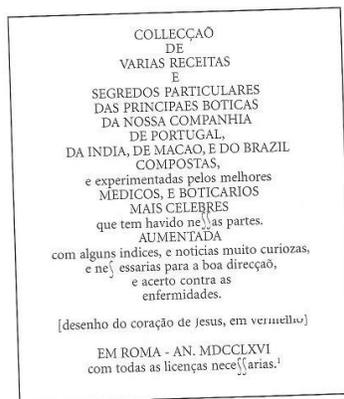


Figura 1. Página de rosto das Collecções (LEITE, 1950, Tomo II, Apêndice p. 584).

Na página de rosto das Collecções, Leite (1950, p. 584) comenta: “de autor jesuíta da Assistência de Portugal, que esteve no Oriente e no Brasil. Deste ms. se reproduziram 3 gravuras”. Como se lê logo mais adiante, o autor não foi identificado. Este é um dos mistérios da *Triaga Brasilica*. Como um livro de receitas desta magnitude, incluindo receitas de todo o mundo português conhecido à sua época, poderia ser anônimo?

[...] o autor da Collecção, Padre ou Irmão da Companhia, ainda não identificado, pertencia à Assistência de Portugal, e estivera ou passara pelas suas diversas missões ultramarinas, incluindo o Brasil [...]. Ao tratar da <Triaga Brasília>, escreve que ela se applicava em várias doenças, mas sobretudo como antídoto ou contraveneno [...] e era tão famosa no seu tempo, <que se não he melhor que a Triaga da Europa [...] ao menos não lhe é inferior em cousa alguma (LEITE, 1953, p. 87).

Outro fato que chama a atenção é a data: 1766. Os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759 por ordem do Marquês de Pombal. Parece haver, à primeira vista, uma disparidade de datas entre a saída dos jesuítas e o ano de confecção da Triaga. Parece óbvio que a *Triaga Brasilica* tenha sido utilizada muito anteriormente ao ano de 1766, devido, entre outras coisas, à menção do padre André da Costa, falecido em 1712, e que fazia uso dos óleos e sais químicos nesta receita, a qual recebia o nome de *Triaga Brasilica Reformada*. Aqui reside mais um mistério, pois não se pode precisar, com certeza, por que a edição recebeu uma data posterior, porém tão próxima, à expulsão e fechamento da Ordem dos Jesuítas.

Embora os simples da receita magna jesuítica do Colégio da Bahia incluam substâncias animais e minerais, o estudo optou em abordar apenas os vegetais. As plantas da receita são descritas em uma sequência não alfabética, de onde se pode apreender seis grandes divisões: raízes, sementes, extratos, gomas, óleos químicos e sais químicos. Além destas, podem ser encontradas plantas utilizadas na forma de cipós, cascas, pós e outras formas (principalmente óleos e gomas).

Quantitativamente, a receita conta com 21 raízes, sete sementes, quatro extratos e 21 substâncias categorizadas em cipós, cascas, pós e outras formas vegetais. Uma mesma planta pode ser utilizada em mais de uma categoria.

A Tabela 1 traz os simples vegetais da *Triaga Brasilica*, enquadrados nas divisões mencionadas. Na tabela, os nomes são citados de acordo com a grafia mostrada em Leite (1950).

Tabela 1. Relação dos simples da *Triaga Brasilica* com identificação botânica e forma de uso na receita.

Nome do simples como aparece na transcrição da receita	Espécie provável ¹	Família botânica atual ²	Emprego na receita
Abutua	<i>Cocculus platyphylla</i> Willd	Menispermaceae	Raiz
Mil-homens	Várias espécies do gênero <i>Aristolochia</i> L.	Aristolochiaceae	Raiz
Capeba	<i>Potomorphe umbellata</i> (L.) Micq.	Piperaceae	Raiz
Aypo	<i>Apium graveolens</i> L.	Umbelliferae (Apiaceae)	Raiz
Jerubeda ³	<i>Solanum paniculatum</i> L.	Solanaceae	Raiz
Jarro	<i>Arum maculatum</i> L.	Araceae	Raiz
Jarrilho	<i>Smilax officinalis</i> Humb.	Liliaceae	Raiz
Angericó	Várias espécies do gênero <i>Aristolochia</i>	Aristolochiaceae	Raiz
Limão	<i>Citrus limonum</i> Risso	Rutaceae	Raiz, casca
Junça	<i>Cyperus esculentus</i> L.	Cyperaceae	Raiz
Acoro	<i>Acorus calamus</i> L.	Araceae	Raiz
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> L.	Zingiberaceae	Raiz ⁴
Malvaisco	<i>Althaea officinalis</i> L.	Malvaceae	Raiz
Jaborandi	<i>Pilocarpus jaborandi</i> Holmes	Rutaceae	Raiz
Pagimiroba	<i>Cassia alata</i> L.	Leguminosae (Fabaceae) – Caesalpinioideae	Raiz
Orelha de onça	Várias espécies do gênero <i>Tibouchina</i> L.	Melastomataceae	Raiz
Aristolochia redonda	<i>Aristolochia rotunda</i> L.	Aristolochiaceae	Raiz
Batata do campo	<i>Solanum tuberosum</i> L.	Solanaceae	Raiz
Ipecacoanha branca	<i>Hybanthus ipecacuanha</i> L.	Rubiaceae	Raiz
Ipecacuanha negra	<i>Psychotria ipecacuanha</i> Stokes	Rubiaceae	Raiz
Contra-erva ou cáápiá	Várias espécies do gênero <i>Eupatorium</i> L.	Compositae (Asteraceae)	Raiz
Cipó de cobras	<i>Jatropha elliptica</i> (Pohl) Muell.	Euphorbiaceae	Cipó

¹ A definição da ‘espécie provável’ ateu-se, principalmente, ao cruzamento de informações relacionadas aos locais citados, à etimologia da planta e outras informações constantes em Leite (1950).

² As espécies foram identificadas em famílias botânicas levando-se em consideração o sistema de Cronquist (1981).

³ Provavelmente, houve erro na digitação do nome, que supostamente é jerubeba (a conhecida jurubeba da medicina tradicional brasileira).

⁴ É provável que não tenha sido a raiz da planta, mas seu caule (rizoma), o qual é popularmente referido como raiz.

Canella da Índia	<i>Cinnamomum cassia</i> Blume	Lauraceae	Casca
Cravo do Maranhão	<i>Dicypellium caryophyllatum</i> Nees	Lauraceae	Botão floral
Angélicas do Brasil	Várias espécies, entre as quais <i>Angelica archangelica</i> L.	Umbelliferae (Apiaceae)	Casca
Ibiraé	<i>Pradosia lactescens</i> Radlk	Sapotaceae	Casca
Noz moscada	<i>Myristica fragrans</i> Houtl.	Myristicaceae	Flor
Assafrão em pó	<i>Crocus sativus</i> L.	Iridaceae	Pó, macerado
Erva cáacica, ou erva de sangue	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Chenopodiaceae	Caule
Cidra	<i>Citrus medica</i> L.	Rutaceae	Semente
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i>	Umbelliferae (Apiaceae)	Semente, óleo
Cominhos	Espécies do gênero <i>Foeniculum</i> L.	Umbelliferae (Apiaceae)	Semente
Salsa da horta	<i>Petroselinum sativum</i> L.	Umbelliferae (Apiaceae)	Semente
Pindaíba	<i>Duguetia lanceolata</i> St. Hil.	Annonaceae	Semente, extrato, óleo, sal químico
Nhambuz	Espécies do gênero <i>Gomphrena</i> L.	Amaranthaceae	Semente
Urucu seco	<i>Bixa orellana</i> L.	Bixaceae	Torcisco ¹
Ópio	<i>Papaver somniferum</i> L.	Papaveraceae	Extrato
Alcaçuz	<i>Glycyrrhiza glabra</i> L.	Leguminosae (Fabaceae) – Papilionoideae	Extrato
Angelica	<i>Angelica sylvestris</i> L.	Umbelliferae (Apiaceae)	Extrato
Sassafráz	<i>Ocotea sassafráz</i> Mez.	Lauraceae	Goma, óleo
Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.	Umbelliferae (Apiaceae)	Óleo
Canela ²	Espécies de vários gêneros, entre eles <i>Aniba</i> , <i>Cinnamomum</i> , <i>Nectandra</i> e <i>Ocotea</i>	Lauraceae	Óleo, goma
Salva	<i>Salvia officinalis</i> L.	Labiatae (Lamiaceae)	Óleo
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Labiatae (Lamiaceae)	Óleo
Caroba	<i>Bignonia chelenoides</i> Persoon	Bignoniaceae	Óleo
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Rutaceae	Óleo
Cardo santo	<i>Cnicus benedictus</i> L.	Compositae (Asteraceae)	Óleo

Alguns dos simples vegetais são citados em mais de uma divisão da receita. A pindaíba, por exemplo, aparece entre as sementes, os extratos, os óleos e os sais

¹ Forma farmacêutica obtida da mistura de vários pós, secos e reduzidos a uma pasta rígida.

² Na receita, não fica claro se é a canela-da-índia, identificada na Tabela 1.

químicos. Apesar do largo emprego na Triaga, é curioso notar que este simples não representa, na literatura consultada, uma planta cujas propriedades medicinais sejam atualmente exploradas popularmente de forma ampla. Na verdade, sua ocorrência espontânea, inclusive, parece ter sofrido alterações nos últimos anos e hoje é muito pouco vista nos seus habitats originais. Podemos imaginar que a pindaíba, à época da utilização da receita, além de ser uma planta comum nas matas brasileiras, fosse também terapeuticamente indicada para muitas enfermidades.

Independentemente do como os extratos eram obtidos das raízes, verifica-se a importância do sistema radicular vegetal como fornecedor de substâncias medicinais. De fato, das quarenta plantas citadas em sementes, raízes e extratos, excetuando-se os sais e os óleos, vinte e uma são incluídas entre raízes.

Algumas indicações taxonômicas são imprecisas e duvidosas, como o que ocorre com a planta referida na receita com o nome ibiraé. Um dos caminhos para se tentar chegar a uma identificação moderna forçou a pesquisa etimológica da palavra, embora não se tenha, ainda, certeza alguma se tais rotas levaram a sugestões convincentes. Esta planta poderá ter desaparecido da flora brasileira? Poderá ter sido posteriormente citada sob outros nomes? Tais perguntas talvez fiquem sem respostas, ou fomentem futuros trabalhos de pesquisa.

Não se pode afirmar que os jesuítas estabelecidos no Brasil atinham-se à teoria humoralista, em voga na Europa à sua época. Abre-se, aqui, mais um mistério relacionado à receita magna: até que ponto os jesuítas aceitaram o sistema de cura dos índios, ou simplesmente adotaram suas plantas medicinais e tentaram, de certa forma, encaixá-las no sistema galênico? Não o sabemos.

7. Considerações finais

Vimos anteriormente que as triagas tornaram-se mais complexas e o número de componentes (simples) também chegou a várias dezenas, entre plantas medicinais, sais, óleos, resinas, pós, elementos químicos etc. A própria *Triaga Brasilica* era aumentada, com o acréscimo de sais e óleos químicos, caso se desejasse que ficasse mais eficaz.

Embora não estejamos tratando do mérito da substituição ou acréscimo de simples *strictu senso*, é muito claro o fato de que plantas nativas da flora brasileira, como a ipeca e o jaborandi, por exemplo, foram ‘incorporadas’ à Triaga. Poderíamos, igualmente, inferir que simples empregados em triagas antigas, como sene e cássia, podem ter encontrado no Brasil um substituto à altura, o fedegoso das Américas. A adição e substituição de simples, portanto,

não podem ser entendidas como processos aleatórios ou meramente casuais. Ao que parece, devem ter sido moldados, entre outros fatores, pela necessidade: a demora da viagem e a impossibilidade, devido às alterações climáticas e geográficas, da vinda de boa parte das plantas medicinais da Europa. Isto pode ter levado os boticários e herbanários a utilizarem plantas da flora silvestre nativa (RODRIGUES, 2002).

Uma das grandes dificuldades encontradas na análise dos simples vegetais da *Triaga Brasilica* foi a notação dos nomes das plantas. Como é de se imaginar, estas citações não são feitas no sistema binomial lineano (gênero e espécie), mas em português da época (de pelo menos 350 anos atrás, ou mais), em língua geral¹ (mistura de português com línguas indígenas), ou em línguas indígenas diferentes, particularmente as do grupo tupi-guarani.

Outro obstáculo para a correta identificação das plantas da receita foi a correta localização geográfica. O texto da *Triaga Brasilica* menciona locais que existem até hoje, como Jaboatão (em Pernambuco), Salvador, Rio de Janeiro, Espírito Santo etc., mas muitas vezes apenas refere-se ao termo “sertão”, que pode ter diversas conotações. Não se sabe precisar, com total exatidão, a que regiões os autores da época interpretavam como sendo sertões.

A *Triaga Brasilica* era, então, uma verdadeira panaceia? Parece-nos óbvio imaginá-la desta forma, dada a variedade de doenças e enfermidades para as quais ela era considerada eficaz. Se realmente todos estes males eram curados com o emprego do composto, não o sabemos. Sua beleza e importância histórica residem justamente no fato de ser uma receita complexa, que fazia uso de plantas medicinais comprovadamente nativas do Brasil, associadas a outros simples e drogas de origem européia, asiática e africana, de pronto uso.

A *Triaga Brasilica*, apesar de bicentenária, continua, talvez, atualíssima. E por que não dizer instigante? Seu estudo une ciências do presente e do passado. Resgata, de certa forma, um saber brasílico – milenar, talvez? – fundido ao conhecimento dos padres jesuítas, transmutados em receita secreta e verdadeira panacéia. ¶

¹ A língua geral (ou língua brasílica) era falada em toda a costa brasileira, ao longo de quinhentas léguas, no século XVI, e continuou a ser falada em alguns locais até recentemente, como é o caso de São Paulo (BRESCIANI, 1999).

Referências

- ABBEVILLE, C. (1945). *História da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Livraria Martin Editora (15 vols.).
- AB'SABER, A. N. (Org.) (1987). *Glossário de Ecologia*. São Paulo: Academia de Ciências do Estado de São Paulo/Fapesp.
- ALDEN, D. (1996). *The making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its Empire, and beyond (1540-1750)*. Stanford: Stanford University Press.
- ALFONSO-GOLDFARB, A. M. (1999). *Livro do tesouro de Alexandre: um estudo de hermética árabe na oficina da história da ciência*. Trad. do original árabe por Safa Abou Chahla Jubran e A. M. Alfonso-Goldfarb. Petrópolis: Vozes.
- AMOROZO, M. C. de M. (1996). A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: Di Stasi, C. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência – um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp.
- BARROSO, G. M. (Org.) (1978). *Sistemática de angiospermas do Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Editora da Universidade de São Paulo (4 vols.).
- BELTRAN, M. H. R. (2000). El liber de Arte Distillandi y la divulgación de conocimientos sobre materia médica y farmacia. In: Aceves-Pastrana, P. (Ed.). *Tradiciones e intercambios científicos: materia médica, farmacia y medicina*. México: Universidad Autónoma Metropolitana/Unidad Xochimilco (Serie Estudios de Historia Social de las Ciencias Químicas y Biológicas, vol. 5).
- BRESCIANI, C. (1999). *Companhia de Jesus: 450 anos ao serviço do povo brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola.
- CAMARGOS, J. A. A. (Org.). (2001). *Catálogo de árvores do Brasil*. 2.ed. Brasília: Edições Ibama.
- CAMINHOÁ, J. M. (1884). *Compendio de botanica geral e medica*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- CARDIM, F. (1997). *Tratados da terra e gente do Brasil*. Transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CLUSIUS, C. (1576). *Rariorum aliquot stripium per Hispanias observatorum Historia*. Antuérpia: Officina Christophori Plantini.
- CORRÊA, M. P. (1974). *Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola (7 vols.).
- CRONQUIST, A. (1981). *An integrated system of classification of Flowering Plants*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- DA ORTA, G. (1963). *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia, Goa, s.ed., 1563; reimpressão fac-similar, s.l., s.ed.*
- DIAS, J. P. F. S. (1991). Inovação técnica e sociedade na farmácia da Lisboa Setecentista. Tese (Doutoramento). Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Farmácia.
- ÉVREUX, Y. (1874). *Viagem ao Norte do Brasil*. Int. e notas de Ferdinand Denis, trad. port. de César Augusto Marques. Maranhão: s.ed.
- FERRAZ, M. H. M. (1995). A química médica no Brasil colonial: o papel das novas terras na modificação da farmacopéia clássica. In: Alfonso-Goldfarb, A. M.; Maia, C. A. (Orgs.). *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp.

- _____ (1997). *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822): o texto conflituoso da química*. São Paulo: Educ/Fapesp.
- FERREIRA, A. R. (1792). *Viagem filosófica ao Rio Negro (1783-1792)*. S.l.; reimpressão fac-similar. Pará: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- _____ (1990). *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.
- FERRI, M. G. (1969). *Plantas do Brasil: espécies do cerrado*. São Paulo: Editora Edgard Blücher.
- GÂNDAVO, P. de M. (1989). *História da Província de Santa Cruz*. Texto modernizado por Maria da Graça Pericão e comentário de Jorge Couto. Lisboa: Pub. Alfa.
- GIRRE, L. (1997). *Traditions et propriétés des plantes médicinales: histoire de la pharmacopée*. Toulouse: Privat.
- GOMES, B. A. (1801). *Memória sobre a ipecacuanha fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas*. Lisboa: Tip. do Cego.
- _____ (1974). *História da medicina no Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de História da Medicina.
- GOTLIEB, O. (1981). New and underutilized plants in the Americas: solution to problems of inventory through systematics. *Interciência*, v.6, n.1, p. 22-29.
- GUARESCHI, I. P. (1987). *Commentario della Farmacopea Italiana e dei medicamenti in generale*. Turim: U.T.E.T. (2 vols.).
- HOEHNE, F. C. (1939). *Plantas e substâncias vegetais tóxicas e medicinais*. São Paulo: Graphicars.
- JANEIRA, A. L. (1991). *Jardins do saber e do prazer: jardins botânicos*. Lisboa: Salamandra.
- JOLY, A. B. (1987). *Botânica: introdução à taxonomia vegetal*. 8.ed. São Paulo: Editora Nacional.
- LEITÃO FILHO, H. de (1984). *Plantas invasoras de culturas*. Campinas: Ed. Unicamp.
- LEITE, S. (1936). *Os jesuítas no Brasil e a medicina*. Lisboa: Grupo Português da Academia Internacional de História das Ciências (vol. 1).
- _____ (1950). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Liv. Portugália/Instituto Nacional do Livro/Liv. Civilização Brasileira (10 vols.).
- _____ (1953). *Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa/Broteria: Tipografia Porto Médico Ltda.
- LÉRY, J. de (1980). *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo.
- LOW, T. (1994). *Magic and Medicine of Plants*. Austrália: Pty Limited.
- MARCGRAVE, G. (1942). *História natural do Brasil*. Trad. Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo: Edição do Museu Paulista.
- MING, L. C. (1996). Coleta de Plantas Medicinais. In: Di Stasi, C. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência – um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp.
- PIÑERO, J. M. L.; Febrer, J. L. F.; Terrada, M. L. L.; Tomás, J. P. (1992). *Medicinas, Drogas y Alimentos Vegetales del Nuevo Mundo: textos e imágenes españolas que los introdujeron en Europa*. Madri: Ministerio de Sanidad y Consumo.
- PISO, G. (1948). *História natural do Brasil*. Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- RODRIGUES, L. (1934). *Anchieta e a medicina*. Belo Horizonte: Apollo.

- RODRIGUES, M. L. L. (2002). Guilherme Piso e o conhecimento da flora medicinal brasileira no século XVII (1638-1644). *Dissertação* (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SAINT-HILLAIRE, A. (1852). *Voyages dans l'intérieur du Brésil*. Paris: s.ed.
- SANTOS, F. S. dos (2006). A Botânica no ensino médio: será que é preciso apenas memorizar nomes de plantas?. In: Silva, C. C. (Org.). *Estudos de história e filosofia das ciências: subsídios para aplicação no ensino*. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- SCHVARTSMAN, S. (1979). *Plantas venenosas*. São Paulo: Sarvier.
- SOUSA, G. S. de. (2001). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editoria Itatiaia (Col. Reconquista do Brasil, 2ª série, v. 221).
- THEVET, A. (1997). *Les singularités de la France Antarctique (1557)*. Edição apresentada e anotada por Frank Lestringant. Paris: Ed. Chandeigne.
- THOMAS, K. (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VELOSO, J. M. da C. (1976). *Flora Fluminense*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (vol. 96).
- VON MARTIUS, K. F. (1937). *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional.
- WILLIS, J. C. (1973). *A dictionary of the Flowering Plants and Ferns*. 8.ed. Cambridge: Cambridge University Press.